



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Órgão Oficial do Município	Dia 27 de Dezembro de 2018 Lei nº 661 de 09 de abril de 2007	Ano XII	Nº 1570
----------------------------	---	---------	---------



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**DECRETO Nº 2131 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018.**

*“ALTERA OS ARTIGOS 1º, CAPUT, E ART. 2º DO DECRETO 1940 DE 06 DE MARÇO DE 2017 QUE REGULAMENTA O USO, POR TERCEIROS, DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E OUTRAS ÁREAS PÚBLICAS”.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

**Art. 1º** - O *caput* do art. 1º do Decreto 1940 de 06 de março de 2017 passa a vigor com a seguinte redação:

**“Art. 1º** - As pessoas físicas e jurídicas de direito privado interessadas na utilização do Ginásio Municipal Camilo Machado de Miranda “Camilão”, Ginásio Municipal José Pinheiro Junior “Pinheirinho”, Ginásio Municipal Raul Décio de Belém Miguel “Vila Nova”, Ginásio Municipal José Maria Maximiniano “Montreal”, e Estádio Municipal Joaquim Costa Ribeiro “Campo da Santa Rita” deverão requerê-las antecipadamente e por escrito junto à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data pretendida para a utilização, especificando”:

**Art. 2º** - O art. 2º do Decreto 1940 de 06 de março de 2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 2º** - Para utilização dos equipamentos esportivos mencionados no Art. 1º deste Decreto, deverá ser recolhida, a taxa de aluguel nos seguintes valores:

**I - Ginásio Municipal Camilo Machado de Miranda “Camilão”**

Valor por hora utilizada: considerando-se diurno o período compreendido de 06 horas às 18 horas.  
Noturno: de segunda a sexta feira: 14 UFMC  
Diurno: sábado, domingos e feriados: 14 UFMC  
Noturno: sábado, domingos e feriados: 14 UFMC

**II - Ginásio Municipal José Pinheiro Junior “Pinheirinho”**

Valor por hora utilizada: considerando-se diurno o período compreendido de 06 horas às 18 horas.  
Noturno: de segunda a sexta feira: 06 UFMC  
Diurno: sábado, domingos e feriados: 06 UFMC  
Noturno: sábado, domingos e feriados: 06 UFMC

**III - Ginásio Municipal Raul Décio de Belém Miguel “Vila Nova”**

Valor por hora utilizada: considerando-se diurno o período compreendido de 06 horas às 18 horas.  
Noturno: de segunda a sexta feira: 06 UFMC  
Diurno: sábado, domingos e feriados: 06 UFMC  
Noturno: sábado, domingos e feriados: 06 UFMC

**IV - Ginásio Municipal José Maria Maximiniano “Montreal”**

Valor por hora utilizada: considerando-se diurno o período compreendido de 06 horas às 18 horas.  
Noturno: de segunda a sexta feira: 05 UFMC  
Diurno: sábado, domingos e feriados: 05 UFMC  
Noturno: sábado, domingos e feriados: 05 UFMC

**V – REVOGADO**

**VI - Estádio Municipal Joaquim Costa Ribeiro “Campo da Santa Rita”**

Valor por hora utilizada: considerando-se diurno o período compreendido de 06 horas às 18 horas.  
Noturno: de segunda a sexta feira: 25 UFMC  
Diurno: sábado, domingos e feriados: 20 UFMC  
Noturno: sábado, domingos e feriados: 35 UFMC”

**Art. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos em 02.01.2019.

Monte Carmelo, 26 de dezembro de 2018.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
*Prefeito Municipal de Monte Carmelo*

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
*Procuradora Geral do Município*



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**DECRETO Nº 2132 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018.**

*“DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DAS TARIFAS DOS SERVIÇOS EFETUADOS PELO DMAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MONTE CARMELO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI c/c art. 86, I, "j" da Lei Orgânica Municipal e art. 81 da Lei Municipal n. 653/2006, e

**CONSIDERANDO** que é dever do Poder Público Municipal adequar as tarifas em conformidade com os serviços prestados pelo DMAE, sob pena de inviabilizar os serviços prestados;

**CONSIDERANDO** que as diretrizes nacionais de saneamento básico [arts. 37 e 39 da Lei Federal n. 11.445/2007];

**CONSIDERANDO** a necessidade de manter o equilíbrio financeiro e econômico do DMAE, compensando as perdas inflacionárias dos últimos doze meses, cujas prestações de contas foram realizadas e devidamente apresentadas aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal [art. 29, *caput*, da Lei Federal nº. 11.445/07];

**CONSIDERANDO** que essa defasagem compromete a capacidade de investimento, ampliação e, sobretudo, a Manutenção dos serviços de distribuição de água e realização da coleta e tratamento do esgotamento sanitário, serviços estes essenciais à população;

**CONSIDERANDO** que o IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acumulado desde o último reajuste tarifário da autarquia em dezembro de 2017 até dezembro de 2018 foi de 3,69% (três ponto sessenta e nove por cento);

**CONSIDERANDO** o interesse público;

**DECRETA**



**Art. 1º** - Fica autorizado o Departamento de Água e Esgoto de Monte Carmelo - DMAE a reajustar a tarifa dos serviços prestados [água e esgoto] em 4% [quatro por cento].

**Art. 2º** - A nova tarifa será aplicada em parcela única, a partir do dia 01.02.2019, em atendimento ao art. 39 da Lei Federal n. 11.445/2007 e art. 81 da Lei Municipal n. 653/2006.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos em 01/02/2019.

Monte Carmelo, 26 de dezembro de 2018.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**

PREFEITO MUNICIPAL			27/12/18
RICARDO DE CASTRO SILVA DIRETOR DO DMAE			
	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO</b> ESTADO DE MINAS GERAIS		
<b>DECRETO Nº 2133 DE 26 DEZEMBRO DE 2018.</b>			
“DISPÕE SOBRE O CÁLCULO E ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA PARA O EXERCÍCIO 2019”.			
O <b>PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO</b> , Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e, particularmente as que lhe conferem o disposto na Lei Complementar nº 082 de 30 de Dezembro de 1997 e Lei Complementar nº 50 de 28 de dezembro de 2017;			
<b>CONSIDERANDO</b> que a área tributável do Município é constituída de 10 zonas fiscais, conforme Tabela 01, do Anexo 1 da Lei Complementar nº 50 de 28 de dezembro de 2017;			
<b>CONSIDERANDO</b> que a distribuição dos Bairros dentro de cada zona Fiscal se dará anualmente por Decreto do Executivo, conforme determina o art. 44, §3º da Lei Complementar nº 50 de 28 de dezembro de 2017;			
<b>DECRETA</b>			
<b>Art. 1º.</b> Ficam aprovados, para o exercício de 2019, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 082 de 1997 com alterações dadas pela Lei Complementar nº50 de 28 de dezembro de 2017, a área tributável do Município, com a seguinte distribuição:			
ZONA	BAIRROS		
01	CENTRO		
	CONDOMÍNIO GOMES AGUIAR		
	RESIDENCIAL JARDIM DO CERRADO		
	RESIDENCIAL RECANTO DO ARARI		
02	BATUQUE		
03	TAMBORIL		
	LANGONI		
04	JARDIM ZENI		
	PROLONGAMENTO JARDIM ZENI		
	RESIDENCIAL JARDIM ZENI II		
	BATUQUE NOVO		
	BELVEDERE		
	BELVEDERE II		
	DONA QUITA		
	EXPANSÃO BAIRRO BELVEDERE		
	BELO HORIZONTE		
	EXTENSÃO B. VIRGÍLIO ROSA		
	PROGRESSO		
	VIRGÍLIO ROSA		
05	RESIDENCIAL VIRGÍNIA ROSA		
	TRIÂNGULO		
	JARDIM DOS IPÊS		
	MORADA NOVA		
06	LAMBARI		
	BOA VISTA IV		
	CAMPOS ELISEOS		
	MUNDO NOVO I		
	RESIDENCIAL COSTA SUL		
	VILLA ITÁLIA		
	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA		
	PLANALTO		
	RESIDENCIAL BELA SUÍÇA		
	RESIDENCIAL JOÃO TEODORO BORGES		
	RESIDENCIAL PLANALTO		
	CIDADE JARDIM III		
	CATULINA M. DE CASTRO I		
	CATULINA M. DE CASTRO II		
	CATULINA M. DE CASTRO III		
07	CIDADE JARDIM		
08	DO CARMO		
	DO CARMO II		
	DO CARMO IV		
	BOA VISTA		
	BOA VISTA II		
	BOA VISTA III		
	VIVENDAS DO BOSQUE		
	MUNDO NOVO II		
	DISTRITO INDUSTRIAL		
	AEROPORTO		
	AEROPORTO II		
	AEROPORTO III		
	IPIRANGA		
	JARDIN BOUGANVILLE		
	OPERÁRIO		
	RESIDENCIAL JARDIM IPIRANGA II		
	ALTO DA BOA VISTA		

09	RESIDENCIAL BELA ITÁLIA
	NOSSO RECANTO
	JARDIM MONTREAL
	JARDIM AMÉRICO
	VILA DOURADA
	ARTHUR ROSA PENA
	CONJ. HABIT. JARDIM UNIÃO CARMELITANA
	JARDIM ORIENTE
	SANTA RITA DE CÁSSIA
	SIDÔNIO CARDOSO NAVES
	EXPANSÃO URBANA
	MANSÕES FIDALGAS
	ALTO DA LAGOINHA
	CAMPESTRE
	CHÁCARAS DO TREVO
	CHÁCARAS JARDIM ORIENTE
10	FIDALGO
	LAGOINHA
	SANTO AGOSTINHO
	SÃO SEBASTIÃO
	LAGOINHA III
	ALTO VILA NOVA
	DO TREVO

**Art. 2º** - O valor venal do imóvel será a soma do valor do terreno e da edificação.

**Art. 3º** - Para efeito de cálculo do valor venal territorial serão considerados os valores padrão estabelecidos na Tabela 01 do Anexo I, bem como os fatores de esquina (número de testadas) apresentados na Tabela 03 e de Topografia, apresentados na Tabela 04 do Anexo I, ambas do Código Tributário Municipal, que comporão o cálculo a partir da multiplicação do valor padrão do metro quadrado pelo fator de esquina, pelo fator de topografia, vezes trinta, multiplicado pelo resultado da raiz quadrada do coeficiente encontrado a partir da multiplicação da área total do terreno pela fração ideal da unidade, pela metragem da testada dividido por trinta.

**Art. 4º** - Para efeito de cálculo do valor venal Predial serão considerados os valores padrão estabelecidos na Tabela 05 do Anexo I, os coeficientes de Conservação determinados na Tabela 06 do Anexo I, bem como a Pontuação das Características da construção do imóvel, dispostas na Tabela 07 do Anexo I, todas do Código Tributário Municipal, que comporão o cálculo a partir da multiplicação da área construída pelo valor do metro quadrado do tipo de construção pelo fator de conservação correspondente ao estado do imóvel, pela soma, em percentual, das características do imóvel.

**Art. 5º** - Para efeito de cobrança do IPTU para os imóveis edificadas, residenciais ou não residenciais, no exercício 2019, o valor venal do Prédio será reduzido em 70% (setenta por cento).

**Art. 6º** - Para efeito de cobrança do IPTU, no exercício 2019, em todos os casos o valor venal do terreno sofrerá redução de 60% (sessenta por cento).

**§ 1º** - Mediante requerimento, poderão beneficiar-se de desconto de até 50% (cinquenta por cento) no valor do Imposto os imóveis tombados como patrimônio histórico ou cultural do Município, desde que perfeitamente preservados e restaurados.

**§ 2º** - No caso de área particularmente desvalorizada em virtude de configuração muito irregular ou acidente topográfico desfavorável, como a existência de córrego, sanga, pedreira, talude exagerado, alagamento ou inundação, no mínimo durante seis meses, ou ainda outros acidentes que concorram para depreciação de modo permanente ou periódico, depreciando de maneira exorbitante a avaliação, aplicar-se-á uma redução no valor venal até o limite de 50% (cinquenta por cento).

**Art. 7º** - Para o exercício de 2019, o IPTU terá as opções de pagamento e descontos de antecipação conforme especificações abaixo:

I – Cota Única – vencimento para o dia 10 de Junho de 2019, com desconto de 10% (dez por cento);

II – Pagamento em até 04 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, conforme o calendário abaixo:

Ordem	Parcela	Vencimento
1	Primeira Parcela	10/06/2019
2	Segunda Parcela	10/07/2019
3	Terceira Parcela	12/08/2019
4	Quarta Parcela	10/09/2019

**Art. 8º** - Quando não emitido na época própria, por qualquer razão, o imposto será lançado tão logo se contate o fato, podendo ser arrecadado em até 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas.

**Parágrafo Único.** O recolhimento da 1º (primeira) parcela mensal, prevista no caput deste artigo, vencerá 15 (quinze) dias corridos após a inclusão e/ou alteração no cadastro imobiliário.

**Art. 9º** - Os juros e as multas moratórias serão calculados sobre o montante do tributo corrigido monetariamente.

**§ 1º** - O atraso no pagamento de cada parcela incidirá, a título de multa, o percentual referente a 2% (dois por cento).

**§ 2º** - O percentual de juros moratórios será de 1% (um por cento) ao mês, contado da data de vencimento do tributo.

**Art. 10** – Para o IPTU no exercício 2019, ficam mantidas as Tabelas 01 e 05 do Anexo I do Código Tributário Municipal, com redação dada pela Lei Complementar nº 50 de 28 de dezembro de 2017.

**Art. 11** – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 26 de dezembro de 2018.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
*Prefeito Municipal de Monte Carmelo*

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
*Procuradora Geral do Município*



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 8992, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.**

“Faz exoneração que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Exonerar MARIA APARECIDA DE SOUSA RODRIGUES, matrícula 440791, ocupante do cargo de PEB-I, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem em 19/12/2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 21 de dezembro de 2018.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
*Prefeito Municipal*

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
*Procuradora Geral do Município*



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 8993, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.**

“Faz exoneração que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Exonerar NEIDILANE APARECIDA DOS SANTOS, matrícula 440774, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem em 19/12/2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 21 de dezembro de 2018.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
*Prefeito Municipal*

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
*Procuradora Geral do Município*



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 8994, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.**

“Faz exoneração que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Exonerar SILVANETE AMADOR DE BRITO, matrícula 440679, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem em 19/12/2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 21 de dezembro de 2018.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
*Prefeito Municipal*

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
*Procuradora Geral do Município*



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 8995, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.**

“Faz exoneração que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Exonerar a pedido VALEISA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS, matrícula 438987, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem em 14/12/2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 21 de dezembro de 2018.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
*Prefeito Municipal*

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
*Procuradora Geral do Município*

**EXPEDIENTE**

**DIÁRIO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO**

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 228](#)

[ACESSE: \[www.montecarmelo.mg.gov.br\]\(http://www.montecarmelo.mg.gov.br\)](#)